



FAZENDO GÊNERO ENTRE TEORIAS ATIVISTAS¹

Resumo: A historiadora Solange Pereira Rocha narra a sua trajetória acadêmica na graduação, pós-graduação e docência no Paraná, São Paulo, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro passando pela UEL, UNICAMP, UFPB, USP, UFPE e UFF. Resgata os seus percursos familiares e influências políticas dos movimentos sociais da última década do século XX. Analisa o papel intelectual das historiadoras mulheres negras acadêmicas no debate político atual.

Palavras-chaves: Genero, teoria feminista, história intelectual e Solange Pereira Rocha

MAKING GENDER AND THEORIES

Abstract: Solange Pereira Rocha narrates her academic trajectory in undergraduate, graduate and teaching courses in Paraná, Pernambuco, Paraíba and São Paulo, through UFPE, UFF, UNICAMP and other institutions. It analyzes their family trajectories and political influences from the social movements of the last decade of the 20th century. And it analyzes the intellectual role of black academic women historians in the current political debate.

Keywords: Gender, feminist theory, intellectual history and Solange Pereira Rocha

HACIENDO GÉNERO Y TEORÍAS

Resumen: Solange Pereira Rocha narra su trayectoria académica en cursos de pregrado, posgrado y docencia en Paraná, Pernambuco, Paraíba y São Paulo, a través de la UFPE, UFF, UNICAMP y otras instituciones. Analiza sus trayectorias familiares e influencias políticas de los movimientos sociales de la última década del siglo XX. Y analiza el papel intelectual de las académicas historiadoras negras en el debate político actual.

Palabras-claves: Género, teoría feminista, historia intelectual y Solange Pereira Rocha

GENRE ET THÉORIES

Résumé: Solange Pereira Rocha raconte sa trajectoire académique dans des cours de premier cycle, des cycles supérieurs et d'enseignement au Paraná, Pernambuco, Paraíba et São Paulo, à travers l'UFPE, l'UFF, l'UNICAMP et d'autres institutions. Il analyse leurs trajectoires familiales et les influences politiques des mouvements sociaux de la dernière

¹ Entrevista, edição e organização de Stephane Ramos (doutoranda em História pela Universidade de Brasília, E-mail: stephane.rcosta@gmail.com . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5162-5970>) e Flávio Gomes (professor da UFRJ e pesquisador do CNPq, Professor da UFRJ e pesquisador do CNPq. E-mail: escravo@prolink.com.br . ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2386-7040>)

décennie du XX e siècle. Et il analyse le rôle intellectuel des historiennes universitaires noires dans le débat politique actuel.

Mots Clés: Genre, théorie féministe, histoire intellectuelle et Solange Pereira Rocha

SOLANGE PEREIRA ROCHA

Professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Em 2001 concluiu o Mestrado na Universidade Federal de Pernambuco com a dissertação “Na trilha do Feminino: condições de vida de mulheres escravizadas na província da Paraíba (1828-1888)”. Na mesma instituição, em 2007 terminou o Doutorado em História com a tese “Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual”. Entre importantes livros e organização de coletâneas publicou o premiado “Gente Negra na Paraíba Oitocentistas: população, família e parentesco espiritual”, (Editora da Unesp, 2009); “Conexões, conhecimentos e saberes” (Editora da UFPB, 2019), “A Paraíba no pós-abolição e no tempo presente” (Editora da UFPB, 2018); “Experiências históricas da gente negra na diáspora africana” (Editora da UFPB, 2018); “Diáspora africana nas Américas” (Fino Traço/UFRB, 2016); “Sociedade e Cultura no Brasil Oitocentista” (Editora da UFPB, 2015); “Culturas e Sociabilidades no Oitocentos” (Universitária/UFPB, 2011); “História e Africanidades”, (Dossiê Saeculum, 2011); “População Negra na Paraíba” (EDUFPG, 2010); “Educação e Diversidade étnico-racial” (UNILEC, 2009). Além de capítulos de livros, vários de seus estudos aparecem publicados nos periódicos *Afro-Ásia* (CEAO-UFBA), *Em Perspectiva*, *Portuguese Studies Review*, *Revista ABPN*, *Revista Crítica Histórica*, *Revista Gênero*, *Revista Historiar*, *Revista Prâksis*, *Saeculum*, *Temporalidades*

PERCURSOS E BÚSSOLAS

Fale um pouco da sua origem familiar e trajetória até entrar na Universidade. Quais foram as primeiras referências familiares e extrafamiliares? Como foi a formação no primeiro e segundo grau?

Quero, primeiro, agradecer a oportunidade de expor fragmentos da minha trajetória de vida, ou seja, um exercício de escrita autobiográfica que me fez mergulhar



nas minhas subjetividades para construir uma “escrita de si”, ou melhor uma escrita de mim, cuja narrativa passou por esquecimentos, seleções, descrições e escolhas. Esta entrevista, leva-me a refletir sobre meu percurso de vida, entrelaçada com muitos sujeitos e instituições sociais. Considero, porém, que o lugar social e profissional que ocupo atualmente resulta de lutas de ancestrais e antepassadas/os e, mais recentemente, do agir político dos movimentos sociais negros, com destaque para o protagonismo do Movimento Negro Unificado/MNU (1978). O MNU redefiniu as relações socio raciais a partir dos últimos anos do século XX no Brasil, protagonizando práticas políticas inovadoras no enfrentamento do racismo estrutural e das desigualdades. As conquistas sociais ainda são insuficientes, mas, percebemos, a cada ano, construções e renovações de estratégias de lutas, principalmente com a conjuntura global de fortalecimento do capitalismo neoliberal, do neoconservadorismo e do crescimento de grupos retrógrados e antidemocráticos. Outrossim, o cenário pandêmico, a partir de 2020, com a Covid-19 tem gerado mais iniquidades sociais. Mesmo assim, percebo a ampliação da diversidade de organizações coletivas negras, o que reforça a capacidade histórica de reinvenção e de reexistência da gente negra em períodos de extremas adversidades, como têm sido as vivências dos seres afro diaspóricos, no passado e no presente.

Sou oriunda dessa gente obstinada, cujo viver/sobreviver é um desafio cotidiano, mas que, devido à força do discurso antirracista negro, sinto-me motivada a enfrentar o sistema, tanto na construção da minha identidade racial negra quanto na disputa de espaço no mundo do trabalho – de comerciária à docente universitária –, mantendo uma permanente interlocução com a academia e com os movimentos sociopolíticos.

Como a maior parte da gente afro diaspórica brasileira, minha origem familiar é da classe trabalhadora, economicamente pobre e com experiências frequentes de mobilidade geográfica em busca de oportunidades para uma vida com dignidade. Meus ascendentes nasceram no período Pós-Abolição, quando era comum encontrar mulheres e homens como agricultores, a laborar em terras e propriedades de terceiros, dispondo, em geral, apenas da força de trabalho para vender aos ex-escravizadores. Acerca da memória familiar, por motivos históricos, entre eles as fissuras da Diáspora Africana, disponho de conhecimento parcial de meus/minhas antepassados/as. Tenho dados biográficos apenas de minhas duas avós e de meu avô paterno, todos originários/migrantes de Minas Gerais, a maior província escravista do século XIX. O contingente populacional de escravizados em Minas Gerais era tamanho que, em 1872



(primeiro censo nacional), os 18,2% (ou 370.459) entre o total de habitantes (2.039.735) de Minas eram bem mais gente do que os 32,2% (341.576) de escravizados de toda a população (1.057.696) da segunda unidade administrativa do Império escravista: Rio de Janeiro.

Ainda sobre Minas Gerais, a leitura recente do texto literário, ou melhor, a *escre(vivência)* de Conceição Evaristo, em “Becos da Memória” (edição de 2017), abordando territórios de Minas Gerais e as violências institucionais cometidas contra as pessoas negras e pobres, levou-me a pensar na vida de meus parentes nos primeiros anos da república no território mineiro: viventes em áreas rurais, sem acesso à terra e submetidos à exploração, o que, possivelmente, resultou na migração de meus predecessores. De tal modo que, nos anos finais de 1950 e começo de 1960, minhas avós e meus avôs, decidiram viver na “pequena Londres” ou naquela que foi conhecida como “capital do café” (até 1975): a cidade de Londrina. Esse município foi formado a partir da comercialização de terras por uma companhia inglesa, a *Companhia de Terras do Norte do Paraná* (por volta de 1929). Cinco anos depois, em 1934, surgia Londrina com suas lavouras de café, uma das últimas fronteiras de plantações da rubiácea. No início dos anos de 1960, minha mãe (Maria) trabalhava na colheita de café e meu pai (Edson), homem de grande engenhosidade, começou a trabalhar como pintor de aviões. Meus avós maternos (Ana e Geraldo) compreenderam, rapidamente, que precisavam obter sua propriedade rural, mesmo que diminuta. Assim, adquiriram o chamado “sítio”, com poucos acres, em Uraí/PR, distante a alguns quilômetros de seu outro imóvel, uma residência na cidade de Londrina.

Labutavam como trabalhadores rurais, para terceiros e para si, cultivavam algodão, produtos de sobrevivência e geraram muitos filhos e filhas (quinze). De minha avó paterna (Idalina), tenho poucas recordações, apenas de conviver com ela, esporadicamente, nos anos de 1970. Ela era uma senhora idosa, com forte presença, cuja vida, talvez, tenha sido pontuada por decepções sociais, marcada por migrações. Na velhice, viveu com uma das filhas em um bairro periférico de Londrina/PR.

Da união de meus genitores, nas décadas de 1960 a 1980, nasceram oito filhos – cinco do sexo masculino e três do feminino –, mas uma irmã faleceu vitimizada pela epidemia de meningite, ocorrida na década de 1970. Meu nascimento ocorreu no fim do verão, período das “Águas de Março”, num ano da década de 1960. Tive um começo de vida relativamente prazeroso. A alegria passava pela convivência com familiares,



avós/avô, tios/tias, irmãos, primas/primos, nos encontros festivos, em especial, nos fins de semana. Tudo foi breve, uma vez que na fase da adolescência entrei no mundo do trabalho. Exerci trabalhos domésticos esporádicos em residências da vizinhança. Seguiu os caminhos de minha mãe e tias, o que me causava, de um lado, grande desalento, de outro, a vontade de construir uma outra vida. Tinha a certeza da minha capacidade de mudança, de frustrar o tal destino.

Registro, ainda, que eu, uma garota, era minoria na minha casa, pois tenho cinco irmãos. Tendo perdido uma irmã na década de 1970, minha irmã mais nova nasceu na década de 1980, quando eu estava na adolescência. Com tantos irmãos e sendo uma das mais velhas (a terceira na ordem dos nascimentos), percebi que precisaria definir tarefas domésticas do cotidiano. Do contrário, meu tempo livre seria para “servi-los” e diminuiria meu período de estudos e leituras (que já era e continua sendo minha grande paixão), considerando as relações patriarcais presentes na nossa sociedade. Pois bem, a partir dos dez anos, ao observar a dura rotina de trabalho de minha mãe (cerca de 35 anos, pobre, periférica, doméstica e mãe de cinco filhos e uma filha), assumi algumas ocupações e passei a organizar a rotina familiar.

Assim foi que, por anos, exerci funções domésticas, ensinei e monitorei meus irmãos. Ademais, cuidava deles, levando-os ao posto de saúde e comprando o material escolar deles. Era uma mini dona de casa, as brincadeiras ficavam em segundo plano. Em paralelo, continuava a sonhar com mudanças, estudando e desenvolvendo minhas primeiras experiências, como coordenadora de atividades e na tomada de decisões na administração da casa e dos meus irmãos. Nesse contexto, confrontava (por que não dizer?) as relações de gênero, convencendo-os de suas responsabilidades no espaço familiar e da importância da divisão dos afazeres domésticos.

No âmbito público, a vida era mais difícil. Nos primeiros anos do ensino primário, por exemplo, tive de enfrentar o racismo no ambiente escolar. No entanto, percebi que a *Educação* seria o único caminho para superar a condição subalternizada, que me causava um sentimento de incômodo, uma grande inquietude por sentir que não pertencia aquele território onde vivia. Assim foi minha infância: trabalho, estudo (com muitas leituras extraclases), algumas alegrias familiares (no núcleo primário e nas casas de parentes, em encontros sempre acolhedores), incertezas, brincadeiras com colegas do bairro onde vivia, mantendo sempre a determinação por modificar meu “destino”, apesar de ainda não conhecer o funcionamento e a operacionalização das históricas assimetrias raciais no



Brasil. No meu horizonte estava a *Educação*. Tornei-me, assim, na maior parte da minha formação, uma estudante dedicada. É oportuno registrar que minha mãe foi uma mulher decidida a proporcionar condições econômicas para que filhos e filhas pudessem exercer o direito de estudar. Não recusava nenhuma atividade laboral (sempre subalternizada e braçal) para garantir os recursos para a aquisição de nossos materiais escolares e uniformes, ora trabalhava como doméstica, ora cuidando de pessoas idosas, ora capinando terrenos urbanos. Meu pai cumpria, em geral, o papel de provedor da família, mas sucumbiu em um mundo desigual e racista e nos deixou precocemente, antes de completar cinquenta anos (1988).

Nenhuma trajetória é linear, como sabemos, há percalços, recuos, ambiguidades, incertezas e frustrações. No meu caso, antes de finalizar o então “primeiro grau”, nos anos finais da década de 1970, fui reprovada na 7ª série, pois estava na fase da adolescência e juntei-me a um grupo de estudantes “rebeldes” que se dedicava a contestar as regras escolares. A decisão das professoras e professores de que eu era incapaz de cursar o último ano da minha primeira formação e teria que “repetir o ano” gerou em mim uma certa necessidade de repensar e de refletir sobre o que eu, de fato, queria para meu futuro.

Aprendi com meus erros. Não tinha tempo a perder, não havia plano B, nem poderia agir como os estudantes rebeldes e brancos/as da classe média. A partir de então, estabeleci metas mais rigorosas e, ao longo de minha trajetória de formação, em todas as etapas, mantive o meu padrão de excelência, qual seja, sempre desenvolver minhas melhores capacidades intelectuais, considerando os meus limites, pois não tive formação “ideal”, a exemplo das classes média e alta. Assim, minhas oportunidades passaram pela escola pública, com seus pontos positivos (democratização da Educação) e seus limites nos anos de 1970 e 1980.

Mas ao longo da minha formação, sempre mantive a perspectiva de que “nossos passos vêm de longe”, que muitas e muitos se dedicaram a transformar (ou reformar) o mundo no tempo. Construí, então, minha vida acadêmica, da década de 1980 a 2020: “Segundo Grau”/Ensino Médio; Graduação (em três instituições: Universidade de Londrina/UEL, Unicamp/Campinas e UFPB/Campus João Pessoa) pontuada por mudanças de cidades e regiões no Brasil (de novo, a mobilidade geográfica presente na vida da gente negra); cursei a pós-graduação *latu sensu*, em organização de arquivo (1993), na Universidade de São Paulo, na capital paulista; a *stricto sensu* na UFPE, em Recife/PE, com mestrado (1998-2001) e doutorado (2003-2007) em intercâmbio com a



Universidade Federal Fluminense/UFF (2004) e, o meu primeiro pós-doutoramento (2020), na Universidade de Coimbra, no Centro de Estudos Sociais/CES, em Portugal.

Aconteceram mudanças significativas na minha vida quando iniciei um relacionamento afetivo, com Antônio Baruty, companheiro de vida e de pesquisas, há quase quarenta anos. Ele estava iniciando a graduação em Biologia na UEL e, por ser alguns anos mais velho que eu, tinha mais conhecimentos e apresentou-me um outro mundo: estudantes negros que estavam no enigmático universo da Universidade pública e de qualidade. Sua experiência e reflexões, aliada ao meu estudo, com muitas leituras extraclases e vivências no mundo do trabalho (comerciária) e familiar, levou-me a compreender, minimamente, a operacionalização do racismo e a persistência de desigualdades sociais. Na época, estávamos esperançosos com um outro Brasil, afinal, ocorria o movimento de redemocratização Diretas Já, no ocaso da ditadura militar, em 1983/84, seguido pela Assembleia Constituinte (1987) e a “Constituição Cidadã” (1988). Além de, fundamentalmente, vozes negras coletivas (Grupo de União e Consciência Negra/GRUCON e escolas de samba, por exemplo), que estavam se organizando na cidade paranaense, e nós passamos a participar dos movimentos sociopolíticos e seguíamos estimulados a construir uma outra sociedade.

Como inspiração e estímulo para manter o foco na *Educação*, além de Antônio Baruty, destaco, por fim, um integrante da minha família que cursou o ensino universitário. Refiro-me ao meu tio Ilto Dionézio que, de agricultor, passou a marceneiro e, então, a professor de História formado pela UEL na década de 1980. Posteriormente, ele se estabeleceu em Mato Grosso – novamente uma migração na família –, onde começou a vida profissional e continuou a viver com sua família. Quando o via com os livros, considerava-o um ser extraordinário, o que aumentava a minha determinação em avançar com os estudos.

FÉ NA HISTÓRIA

Como foi a escolha pela História? O que te motivava e evocava na graduação?

O curso de História não foi minha primeira escolha. O “Movimento Negro Educador” (Nilma L. Gomes) mostrou-me a importância de estudar as relações raciais. Inspirada por leituras e por debates no GRUCON e em outras organizações negras pelas



obras de Clóvis Moura (*Rebeliões de Senzala*, 1959; *Sociologia do negro brasileiro*, 1988); Florestan Fernandes (*Integração do Negro na sociedade de classe*, 1978); Abdias Nascimento (*O genocídio do negro brasileiro*, 1978); textos em jornais de autoria ou sobre Lélia Gonzalez e também de Oliveira Silveira (integrante do Grupo Palmares que propôs o 20 de Novembro como “Dia da Consciência Negra”) e Joel Rufino dos Santos (*A questão do negro na sala de aula*, 1990); informações na imprensa sobre a trajetória audaz de Angela Davis, entre outras/os, vi-me motivada a cursar Ciências Sociais. Destaco ainda que, antes dessa decisão, já havia definido o tema de minhas pesquisas: população negra e relações raciais. Seria uma forma de me conhecer racialmente e de adquirir formação para desenvolver atividades educativas, posto que, por volta dos nove anos, decidi que seria professora. Motivo: o conhecimento das professoras, desde o curso Primário, permitia que eu viajasse no tempo, levando-me a perceber que existia outros universos e vivências, outras temporalidades e diferentes experiências sociais. Reforçava-se em mim, assim, a minha percepção da importância da *Educação*. Ademais, queria ser professora da Educação Básica, para expandir esses conhecimentos para estudantes negros/as e brancos/as, visando mudanças na prática escolar, desenvolvendo uma “educação antirracista” (Eliane Cavalleiro).

Após ser aprovada no vestibular e superar a discriminação racial no trabalho como comerciária em Londrina (o que me levou a migrar para a maior metrópole brasileira, a capital de São Paulo, onde vivi alguns meses, em 1986), iniciei o curso de Ciências Sociais na UEL/PR (1987). Mas logo deixei a capital do café e, cheia de expectativas, migrei, mais uma vez, em direção a Campinas/SP. Na ocasião, ano Centenário da Abolição, estudei alguns componentes curriculares na Unicamp, dois em Ciências Sociais e um em História, com a professora Célia Marinho Azevedo, curso marcante em minha vida acadêmica, visto que tive acesso a leituras sistemáticas de obras escritas por intelectuais da geração de 1870 e do século XX, defensores do racismo científico e da democracia racial. Ainda em 1988, participei de diferentes agendas: a acadêmica, como o congresso internacional *História de Liberdade: cidadãos e escravos no mundo moderno*, realizado na Unicamp; e a ativista, como nas lutas sociopolíticas antirracistas, que criticaram duramente a suposta “democracia racial”, o 13 de maio, denominando-o como “a farsa da Abolição”. Um desses atos políticos ocorreu na Praça da Sé (capital paulista), no “dia” da Abolição, em 1988. Eu e Antônio Baruty participamos desse



protesto que denunciou, sobretudo, o racismo, as desigualdades raciais e a “marginalização” da população negra.

Sem dúvida, essas mobilizações políticas nos fortaleceram para alavancar nossas perspectivas de mudanças, visto que o espaço acadêmico da Unicamp possibilitava viver com pessoas abertas às reflexões e às críticas ao conhecimento sobre a gente negra, eram colegas, docentes parceiros/as, mas me sentia, por vezes, como uma intrusa naquele espaço. Acho que faltava representatividade negra. Como sempre, desde o primário, era uma das poucas negras nas instituições educacionais. Havia, porém, uma amiga, também negra, Lúcia Helena Oliveira Silva, atualmente docente na Unesp, que, com sua presença, acabava por me estimular a avançar com meus projetos. Outra amiga e parceira foi Emília Rodriguez, branca, que cursava graduação em Ciências Sociais. Com elas, até hoje mantenho contato.

Em fins de 1988, meu tempo em “Barão Geraldo” (bairro localizado próximo à Unicamp) terminou. No mesmo ano, meu companheiro de vida, Baruty (homem negro, biólogo, pai, então mestre pela Unicamp, com pouco mais de 30 anos) havia sido aprovado em um dos primeiros concursos estabelecidos pela então “Constituição Cidadã”, na Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa).

Em junho de 1989, nós dois e Adunbi (filho) migramos, mais uma vez, rumo ao Nordeste, para mim uma região totalmente desconhecida. Ao chegar em João Pessoa, precisava retomar a graduação – de forma *ex-officio* (acompanhando “esposo”) –, consegui a transferência para UFPB, com o desafio de conciliar os estudos com a maternidade. Todavia, foi necessário realizar escolhas, pois o curso de Ciências Sociais era oferecido no então *Campus II* da UFPB, em Campina Grande/PB. Como tinha um filho de alguns meses, tive que tomar decisões em relação a dois cursos disponíveis no *Campus I* da UFPB: História ou Geografia. Defini-me por História. Alguns pontos foram considerados: lembrei de meu tio Ilto Dionézio, historiador, um exemplo concreto, para mim, de um homem negro que exercia atividade intelectual, como professor; recordei-me das aulas da professora Célia Marinho e do potencial da História para abordar a temática da gente negra e suas resistências; por fim, a nova morada, uma cidade de origem colonial, permitiria pesquisas sobre a sociedade escravista – as imagens de telas de Jean B. Debret reproduzidas em livro didático do “Segundo Grau”, como a “Aplicação do castigo do açoite”, ainda ressoava em minha mente com a seguinte questão: além de quilombos, que



outras revoltas escravas aconteceram durante o escravismo contra os castigos físicos? E como era a vida das mulheres escravizadas?

Recomecei os estudos universitários, ciente de que não tinha tempo a perder e ainda. Por isso, durante a graduação, na minha terceira universidade, a UFPB, estudava nos três períodos do dia. Era necessário concluir a graduação.

Na UFPB, encontrei um ambiente propício para desenvolver minhas capacidades intelectuais, a partir da participação em projetos de iniciação científica e de debates em grupos de pesquisa com professoras, em sua maioria, com formação consolidada e com propostas de criação de cursos de pós-graduação. O espaço institucional, que agregava docentes e discentes de vários cursos, era o Núcleo de Documentação e Informação Histórica/NDIHR, fundado em 1976, sendo a professora Rosa Maria Godoy Silveira, mais conhecida como Rosa Godoy, uma das idealizadoras desse Núcleo interdisciplinar. Anos depois, foi ela uma das principais docentes a acompanhar minha formação no nível de pós-graduação, no mestrado, e como orientadora do doutorado. Durante a graduação, a professora Maria do Céu Medeiros e o professor Ruston Lemos também foram mestres e orientadores das primeiras pesquisas.

Minha primeira passagem por João Pessoa foi breve (1989-1992), pois Antônio começaria o seu curso de doutorado na USP e eu, graduada, tinha urgência em reconquistar minha independência financeira e construir uma carreira profissional. Com o diploma em História, passei a exercer o cargo de professora da Educação Básica. Finalmente, poderia começar a “revolucionar” o ensino fundamental, levando a temática racial para a sala de aula. Migramos de novo. De fato, fui professora da Educação pública na cidade de São Paulo/SP (1992/1996), com cargos na rede municipal (concursada) e estadual (contratada). Com duas colegas de trabalho, Anatalina Lourenço da Silva e Stellita M. de Oliveira, ambas professoras negras e comprometidas em transformar a prática escolar, desenvolvemos vários projetos, em uma escola pública estadual, a exemplo de uma exposição sobre Intelectuais Negros e Negras no ano do Tricentenário de Zumbi (1995).

Apesar de ter-me definido por ser professora da Educação Básica, com frequência, realizava cursos de Formação Continuada, na USP e, nesse tempo de vida e de trabalho em São Paulo, também me tornei Especialista em Organização de Arquivos (Instituto de Estudos Brasileiros/USP, em 1993).



Ao regressar a João Pessoa/PB, nos primeiros meses de 1997, fiquei muito desapontada com a baixa remuneração para desenvolver o trabalho docente na Educação Básica. Fui aprovada em um concurso público na cidade litorânea de Lucena/PB, mas não assumi, pois havia iniciado o mestrado e preferi avançar com minha formação para, futuramente, disputar um espaço no magistério universitário. Realmente, foram mais de uma dezena de anos de estudos e pesquisas até a realização do concurso na UFPB, onde fui nomeada em 2008.

No Programa de Pós-Graduação em História na UFPE, além da professora Rosa Godoy, outros/as docentes – Antônio Torres Montenegro, Marc Hoffnagel, Durval Muniz, Suzana Cavani e Tania Brandão – foram cruciais para a minha formação como pesquisadora e professora, pois eles e elas, em suas aulas, expressavam a paixão pela História. Ainda me lembro de Carmem Silva, na secretaria do Programa, que resolvia as questões burocráticas e sempre esteve me estimulando à realização das etapas do doutorado.

ESPELHOS E HORIZONTES

Sua graduação, nos anos 1990 e os seguintes, foi também um momento de efervescência. Como isso te mobilizava em termos intelectuais? Quais os livros, abordagens, autores?

Durante minha graduação na UFPB, de 1989 a 1991, visto que havia passado por duas universidades públicas, tive a oportunidade de participar de projetos de pesquisa, como o da *Questão Agrária no Brasil Contemporâneo*, sob a orientação da professora Emília de Rodat F. Moreira (geógrafa) e manter interlocução com grupos de docentes e discentes em seminários de estudos e pesquisas, no NDIHR. Ao cursar os componentes curriculares na graduação, escolhia sempre abordar a temática racial e/ou a história da população negra, fosse História Moderna, fosse História do Brasil, fosse História Econômica. Na época, não constava História da África no currículo de graduação em História, na UFPB, mas em História Contemporânea, apresentei um trabalho sobre o continente africano.

Entretanto, vamos voltar ao início da década de 1990, no curso de história. Os ventos da nova história chegavam à UFPB, mas ainda predominava uma formação



marxista estruturalista, sendo a abordagem de classe social a mais presente, conceito fundamental, sem dúvida, para compreensão do mundo. Questões acerca da temática racial nem sempre estavam presentes. Contudo, a minha participação no Grupo de Pesquisa/NDIHR proporcionava novos conhecimentos ao formar-me como pesquisadora.

Minhas outras inquietações, como as questões de raça e de gênero, eram complementadas com leituras de obras divulgadas nas mídias, principalmente, as do Movimento Negro, como livros sobre relações raciais, filmes, músicas e poesias, além das trajetórias de lideranças negras, como: Steve Biko, Winnie e Nelson Mandela, os três da África do Sul; Malcom X (Estados Unidos); líderes Pan-africanistas, a exemplo de William E. Burghardt Du Bois, Kwame Nkrumah; e os líderes das lutas pela Independência de países africanos, mormente, os de língua portuguesa, como Amílcar Cabral, Samora Machel e Agostinho Neto.

Nesse período, fascinava-me a trajetória de Lélia Gonzalez, professora universitária (PUC-RJ) e ativista que viajava pelo exterior para debater a “questão racial” e disputava cargos na política partidária. Gonzalez escrevia textos com estilo irreverente, instigante e com consistente base em dados históricos e estatísticos, a fim de contestar o “mito da democracia racial”, comprovar as desigualdades de raça e de gênero e propor novas chaves para compreender o mundo, as relações sociais, assim como destacava a capacidade do indivíduo em empreender mudanças em suas vidas (pessoal e profissional). Lembro-me, em especial, dos seus textos *A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica* (1982) e *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1979). Inspiradora também foi a coragem de Lélia ao contestar o Movimento Feminista (racismo) e o Movimento Negro (machismo), inaugurando o Feminismo Negro no Brasil. No primeiro ano do século XXI, não por acaso, defendi dissertação de mestrado acerca das vidas de mulheres escravizadas e atuava junto ao Movimento de Mulheres Negras, em especial a Bamidelê: Organização de Mulheres Negras na Paraíba. Anos depois, defendi a tese *Gente Negra na Paraíba Oitocentista*, cujo título foi influenciado, em parte, pelo livro *As almas da gente negra*, de William E. B. Du Bois, um clássico publicado em 1903.

Tinha também algum conhecimento sobre Thereza Santos, filósofa, ativista e que atuava no campo das artes, que visitou vários países africanos. A leitura das viagens internacionais e nacionais dessas mulheres suscitava em mim a aspiração por visitar países africanos, em especial Angola, e por conectar-me com a minha ancestralidade.



Décadas depois, eu e Antonio Baruty tivemos a oportunidade de visitar Maputo (Moçambique), Joanesburgo (África do Sul) e Luanda (Angola). Foram experiências únicas, fortaleceram nossas identidades raciais negras e nossos compromissos políticos de transformar vidas negras por meio da *Educação*.

A minha formação na graduação na UFPB mostrou-me, ainda, intelectuais que destacavam a existência do racismo e da “exclusão social de negros”. Essa foi uma etapa em que comecei a aprender os caminhos da pesquisa e a importância do Ensino de História como um instrumento para abordar a história do Brasil, percebendo a gente negra como sujeito e protagonista de sua própria história.

ESTUDOS E GRAUS

Como foi a sua entrada na pós-graduação e escolha de temas para estudo?

Não tenho dúvida de que Clóvis Moura teve grande impacto no decorrer dos meus estudos e do ativismo, suas obras, as citadas no início de resposta anterior e outras, como *As injustiças de Clio* (1990), imprimiram em meu intelecto a importância de articular teoria e prática, a sociologia da *praxis*. Assim, desde a adolescência, defini que o tema da minha pesquisa no ensino superior seria sobre a população negra; o interesse pelo período “Oitocentos” resultou da paixão despertada ao cursar História do Brasil Império, com a professora Joana Neves (UFPB, uma das duas docentes negras que tive no meu percurso escolar), e o meu ativismo e lugar/origem social (negra mulher, periférica urbana, mãe...) levou-me a analisar as condições de vida de mulheres escravizadas na Paraíba oitocentista, no mestrado, como já dito.

Essa empreitada foi assumida em um período marcante na minha formação e na minha vida pessoal, como na vivência da maternidade, do nascimento da segunda criança: minha filha, Ana Dindara, tinha cerca de três anos quando comecei a pesquisa nos acervos e, ao vê-la, mantinha-me estimulada por estudar para construir um mundo melhor para ela, com mais e melhores condições de trabalho. Nessa jornada, contei com a solidariedade e com os afetos de muitas amigas que ajudavam a cuidar dela. Minha irmã, Rosângela, passou a morar conosco para eu ter condições de concluir meus estudos de mestrado e, logo em seguida, começar o doutorado.



A participação nos movimentos sociais, especialmente, no Grupo de Mulheres Negras, depois na Bamidelê (2001), e no Movimento Negro da Paraíba (em especial, no período em que esteve sob a liderança de João Balula), reforçava meus ânimos sobre a importância de conhecermos as histórias de violência, do trabalho e de resistência de nossas/os antepassadas/os. Estes foram espaços sociopolíticos em que convivi e venho convivendo com tantas mulheres e homens negros, a exemplo de Éfu Nyaki, Maria José dos Santos, Terlúcia Silva, Vânia/Ivonildes Fonseca, Penha Pereira, Cristina Lima, Verônica Lopes, Margarida Magalhães, Creusa Sousa, Edilene Santos, Alessandra Araújo, Nadja Soares, Mabel Dias, Dandara Correia, Thaís Vital, Marinalva Oliveira, Elza Silva, Luciene Tavares entre outras, como Ana Dindara, que também integra a Equipe Bamidelê. Compõem, ainda, essa organização de mulheres negras, dois homens: Waldeci F. Chagas e Antonio Baruty. Elas e eles são alguns dos que tiveram e continuam a ter um papel importante na minha trajetória pessoal, têm fortalecido minha atuação nas lutas sociais e na vida profissional.

A historiografia, em particular, a da História Social, influenciou o meu interesse e a escolha do tema de minha pesquisa na pós-graduação, a exemplo de obras como: *Ser escravo no Brasil* (Kátia Mattoso); *Na senzala uma flor* (Robert Slenes); *Rebelião escrava no Brasil* (João J. Reis); *Visões da Liberdade* (Sidney Chalhoub); *Campos da violência* (Sílvia Lara); *Coroas de Glória, Lágrimas de sangue* (Emília Viotti da Costa); *Das cores do silêncio* (Hebe Mattos); *O Plano e o Pânico* (Maria Helena Machado); *O Trato dos Viventes* (Luiz Felipe Alencastro), *História de Quilombolas* (Flávio Gomes), entre outros títulos de pesquisadoras/es que passaram a responder cientificamente à minha indagação, formulada durante o “segundo grau”, mostrando que “onde houve escravidão, houve quilombo” e “houve resistência”. Desse modo, as pessoas escravizadas foram agentes sociais e ativas no processo de deslegitimar a instituição escravista e os estudos históricos têm me mostrado caminhos teóricos e metodológicos para a elaboração de pesquisas.

Na fase do mestrado, no último ano do século XX, intelectuais negras e negros organizaram o Primeiro Congresso de Pesquisadores/as Negros/as em Recife/PE e, em seguida, ocorreu a fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN. Ainda lembro de minha participação como apresentadora de comunicação, o sentimento de pertença e de que algo de novo estava acontecendo no campo intelectual brasileiro. Afinal, nós, intelectuais e ativistas negras e negros que, por décadas,

realizávamos a denúncia do predomínio de um currículo eurocêntrico, não modificado substancialmente com a redemocratização do Brasil (década de 1980), presenciávamos, então, pela primeira vez, um congresso protagonizado por intelectuais negros/as – uma das organizadoras era historiadora: Lídia Cunha, atualmente professora universitária no estado da Bahia. Era algo sem precedentes para nós, uma conquista da luta antirracista. No campo do ativismo, participei ainda das conferências preparatórias, no Brasil e no Chile, da *III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata* (Durban, África do Sul, 2001).

Contudo, os obstáculos, sobretudo materiais, estiveram presentes na minha jornada do mestrado. Nesse sentido, saliento que os governos neoliberais de F. Collor e de F.H. Cardoso diminuíram os recursos públicos para o ensino superior e, por isso, passei por dificuldades e, no segundo ano do mestrado, quase desisti do curso, pois não tinha mais como arcar com os investimentos na pós-graduação. Eram duas crianças, um único salário e bem desatualizado. Felizmente, em um dia de fevereiro de 1999, recebi o comunicado do Programa de Pós-Graduação em História/UFPE de que seria contemplada com uma bolsa de estudo por vinte e quatro meses.

Concluído o mestrado, ficou explícito, para mim, que a continuidade da pós-graduação só seria possível se tivesse uma bolsa, pois seria muito difícil manter-me, materialmente. Além disso, tinha projetos de estudar na Unicamp ou na UFF. Mas, antes de iniciar o doutorado, fiz dois concursos públicos (cargo efetivo), um no interior do Ceará, no então Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-Juazeiro), em 2000, e o outro na Universidade Estadual da Paraíba/UEPB, em 2001, onde já havia atuado como professora substituta. Fui aprovada em ambos, todavia, minha colocação não foi entre os primeiros lugares. De qualquer maneira, tinha a expectativa de ser nomeada pela UEPB. Nesse período, saiu o Edital do Programa Internacional de Bolsas da Fundação Ford (PIBFF), uma iniciativa inovadora entre as ações afirmativas na pós-graduação, para ser desenvolvida por dez anos, no Brasil. Após o processo seletivo, em 2002, fui aprovada e integrei a primeira turma de bolsistas. No mesmo ano em que iniciei o doutorado, 2003, recebi o comunicado da UEPB para a realização da minha nomeação. Como dispunha de bolsa de estudo e já estava cursando o doutorado, apesar de ser uma decisão difícil, escolhi permanecer como estudante/bolsista e construir melhores condições para, então, pleitear uma vaga no ensino superior.



Como bolsista internacional, pude usufruir de vários benefícios. Em duas seleções, fui aprovada em cursos de doutorado, na UFF e na UFPE. Pretendia submeter meu projeto ao Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp, mas por limites familiares e profissionais de meu companheiro não tive como me mudar para outra cidade ou região, uma exigência do Programa de Pós-Graduação da Fundação Ford. Assim, fiz o doutorado no Programa de Pós-Graduação em História na UFPE e, como já dito, realizei intercâmbio na UFF, onde fui recebida pelas professoras Hebe Mattos e Mariza Soares. Além de participar de disciplinas e de seminários em grupos de pesquisa, pude pesquisar a documentação oitocentista nos acervos da Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB. Foi um período de muitos estudos, aprendizados e de novas amizades, que mantenho até o tempo presente, como Moacir Maia (MG) e Lucimar Felisberto dos Santos (RJ).

Em 2004, durante o doutorado, participei do III Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as/III Copene, em São Luís, capital do Maranhão e tive a satisfação de ministrar o minicurso sobre “Revolução do Haiti”, no ano do Bicentenário da formação do segundo país nas Américas a se tornar uma república, tendo por base a admirável obra de Cyril L. R. James: *Os jacobinos negros: Toussaint L' Ouverture e a Revolução de São Domingos*, publicada originalmente em 1938, mas tive acesso à edição de 2000 (impressa no Brasil pela Boitempo). No mesmo ano, no encontro da Associação Nacional de História/PB, a ANPUH-PB, também ministrei esse mesmo minicurso.

Com essas duas experiências, durante o doutorado, pude observar o silenciamento sobre as revoltas negras, o desconhecimento da trajetória da gente negra por parte de profissionais da Educação e de outras áreas do conhecimento. Essas constatações, mostravam-me a importância de articular a pesquisa e o ensino para uma melhor formação de docentes da Educação Básica e de estudantes de graduação que, a partir de conhecimentos mais amplos, poderiam escolher temas de pesquisa vinculados à gente negra de diferentes contextos históricos.

ARQUIVO-ARMA: EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES

Seus estudos sobre as dimensões históricas das mulheres negras na escravidão são referências e com livros e teses premiadas. Você poderia falar um pouco sobre a construção deste objeto e da sua pesquisa?



Como já comentei, a escolha dos meus temas e dos sujeitos de minhas pesquisas foi influenciada pelo meu ativismo e por intelectuais negros/as e brancos/as, tanto os da geração da década de 1950 quanto os da História Social recente. Nesse sentido, na minha prática como historiadora continua atual em relação às ponderações de Clóvis Moura, em *As injustiças de Clio* (1990): precisamos produzir contranarrativas que respondam a “um conjunto de pensamento elitista, eurocêntrico e racista” que, “muitas vezes, jamais colocou o negro [e mulheres negras] como agente histórico-social dinâmico”.

Como não estudei, de forma regular, numa universidade que, no seu centro de pós-graduação, tivesse uma linha de pesquisa voltada, explicitamente, para história social da escravidão ou mesmo um grupo de pesquisa com ênfase na sociedade escravista, no período do doutorado, dediquei-me a leituras analíticas da historiografia social da escravidão e participei da formação de um grupo de estudo e pesquisa com dois colegas/pesquisadores dessa temática, que também cursavam o doutorado na UFPE: Maria da Vitória Barbosa Lima e Luciano Mendonça Lima. Essa foi uma forma de potencializar nossas pesquisas e preparação para concursos públicos, posto que, de nós três, apenas Luciano Mendonça estava/está inserido no mercado de trabalho. Ele é professor na Universidade Federal de Campina Grande.

O intercâmbio na UFF, no segundo ano do doutorado, também foi muito importante para a minha formação. Aliada a essas estratégias de estudo e pesquisa, tive uma excepcional orientadora e pesquisadora, a professora Rosa Godoy (UFPB/UFPE) que, nas sessões de orientação, discutia detalhadamente, por várias horas, todos os capítulos da minha tese.

Considero as premiações recebidas sempre como estímulo e reforço de meus compromissos sociais e, sem dúvida, atribuo-as ao reconhecimento da academia em relação à necessidade de articular pesquisa e ativismo com qualidade ou, como dizem, com “excelência”. Inclusive, sempre me apresento como uma *Pesquisadora-Ativista*, posto que “é inútil para mim conhecer algo que não posso transformar”, como afirma o poeta Paul Valéry.

Meu primeiro incentivo e reconhecimento relativo à pesquisa adveio da *Criola*, uma organização de mulheres negras do Rio de Janeiro. Concorri – e venci – ao 1º Prêmio Literário e Ensaístico sobre a condição da mulher negra, que resultou no livro *Oro Obìnrin* (1998), dedicado à Lélia Gonzalez, por ser ela a “dona da palavra fecunda”, cuja



fala havia se “alastrado” e suscitava a “nossa escrevivência”. Nesse livro, publiquei um dos meus primeiros textos, “Por uma história da mulher escrava na Paraíba do Norte”. Depois disso, com apoio da minha orientadora de doutorado, Professora Rosa Godoy, concorri a um Edital da Secretaria de Políticas para Mulheres, que iniciava o Prêmio de Igualdade de Gênero (2006), sendo premiada com um ensaio sobre minha dissertação de mestrado e, anos depois, a coordenação do Programa de Pós-Graduação em História/UFPE indicou minha tese de doutorado para concorrer ao *I Prêmio da Associação Nacional de História/ANPH-Brasil*, cujo livro foi publicado pela Editora da Unesp. Naquele momento, lembrei-me de que todos os esforços, pessoais e coletivos, tinham sido valiosos. Em especial, destaco três recordações, a primeira, de minha mãe – trabalhadora braçal e com baixo nível educacional que acreditava/acredita na *Educação* e viabilizou os estudos dos filhos e filhas; a segunda, as minhas ausências junto à família nuclear, pois foram anos de dedicação à minha formação e, a última, a importância dos órgãos de fomento – bolsas de estudo – para a concretização de cada etapa da minha escolarização.

Na ocasião, já havia sido nomeada professora do Departamento de História da UFPB e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História/PPGH e ao Grupo Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista, liderado por minha colega Serioja Mariano. Nesses espaços institucionais, tenho desenvolvido projetos sobre Diáspora Africana no Brasil, sobretudo da região do “Norte”, colaborando com a ampliação de pesquisas sobre a sociedade oitocentista, com ênfase na gente negra e suas relações sociais e de trabalho, com orientações de pesquisas e publicações. Nesse sentido, com o propósito de sistematizar e divulgar a produção em história e outras áreas de conhecimento, desenvolvi um projeto de publicação com o historiador Matheus S. Guimarães (2016-2019), a *Coleção Afro-Paraibana: Travessias Atlânticas e a Paraíba Afro-Diaspórica*, por meio do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros e Indígenas da UFPB, com várias parcerias: Departamento de História; Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura do Nordeste Oitocentista; Programa de Pós-Graduação em História; e Editora da UFPB, resultando na editoração de três livros digitais com estudos sobre várias áreas do conhecimento, incluindo algumas sínteses de pesquisas sobre a gente negra da Paraíba, da colônia ao tempo presente. Os três volumes estão disponíveis na página eletrônica da Editora da UFPB. Buscamos, assim, ampliar a divulgação científica e possibilitar que docentes da Educação Básica possam conhecer a presença histórica e a



diversidade de pessoas negras, suas complexas relações sociais e sua inserção no mundo do trabalho em diferentes tempos históricos: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/125>.²

Apesar da coorganização desses três volumes e de outros livros e artigos científicos, a premiação da minha tese (impressa em 2009) mantém-se como um marco da minha carreira como intelectual. Assim sou reconhecida, tanto no meio acadêmico quanto nos movimentos sociais. Inclusive, em julho de 2020 (Mês das Mulheres Negras da América Latina e do Caribe), tive a honra de ser agraciada com o “Título de Reconhecimento: Buyin Dudu: recontando nossas histórias”, uma proposição da Abayomi: Coletiva de Mulheres Negras na Paraíba e do Sindicato de Trabalhadores do Ensino Superior na Paraíba, por meu ativismo social “pela afirmação da identidade negra e luta contra o racismo na Paraíba”.

De novo, assinalo que o reconhecimento público fortalece meus propósitos intelectuais e, como cidadã negra, sinto-me estimulada a produzir conhecimentos científicos que possam proporcionar mudanças sociais no Brasil, mesmo que sejam reformas no sistema capitalista e em contexto adverso, como o atual, no qual Brasil vem sendo governado por políticos que exercitam, cotidianamente, a necropolítica e pouco investem em políticas públicas para os segmentos historicamente excluídos, a exemplo da gente negra e dos povos indígenas. E sigo consciente de que, ainda que a *Educação* não possa resolver todas as injustiças sociais, incluindo a racial, conforme as reflexões de Miguel Arroyo (2011), a escola, na circunstância histórica atual, é um lugar em disputa – a exemplo dos debates recentes acerca da “Ideologia de gênero” e do “Escola sem partido” – que demanda nosso empenho para se tornar uma instituição pública mais republicana, democrática, inclusiva, plural e crítica.

ORGANIZANDO IDEIAS, COMPROMISSOS, PROJETOS E REALIDADES

² Os títulos são os seguintes: ROCHA, Solange P.; GUIMARÃES, Matheus S. (Orgs.). *Experiências históricas da gente negra na Diáspora Africana: Paraíba Colonial e Imperial*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018. Volume 1; ROCHA, Solange P.; GUIMARÃES, Matheus S. (Orgs.). *A Paraíba no Pós-abolição e no Tempo Presente: racismos e trajetórias de resistência*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018. Volume 2; ROCHA, Solange P.; GUIMARÃES, Matheus S. (Orgs.). *Conexões, conhecimentos e saberes: extensão, ensino e pesquisa para uma Educação das Relações Étnico-raciais*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018. Volume 3.



Como você avalia a institucionalização das ações negras intelectuais como a ABPN e outras instâncias formais e informais de intervenção pública?

A Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as/ - ABPN é um alento para nós membros de uma comunidade científica de intelectuais negros/os (e de aliadas/os), é um espaço de participação que me orgulha, pois, a representatividade importa e o coletivo revigora a nossa produção acadêmica e os nossos compromissos sociais. Tenho participado desde a realização do *Primeiro Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as/Copene* (2000) e, também, como co-fundadora do NEABI, na UFPB, que esteve, com vários parceiros, na organização do *II Congresso de Pesquisadores/as Negros/as do Nordeste*, um evento com apresentação de pesquisas de, aproximadamente, 500 pessoas, no interior da UFPB que, por três dias (29 a 31 de maio de 2019), contou com a presença de pesquisadoras/es de diferentes níveis de formação e ativistas sociais em variadas atividades.

A Revista da ABPN é um periódico científico crucial e tem publicado a produção acadêmica de vários campos de pesquisa, nacional e internacionalmente. Nos últimos anos, observamos o seu amplo desenvolvimento, desde as mudanças na classificação com as avaliações do *Qualis Capes*, até o aumento da frequência dos lançamentos de novos números, abordando temas diversos, cumprindo, assim, sua meta de promover a visibilidade das pesquisas sobre a temática racial, tendo como foco a produção de autoria de pesquisadores/as negros/as e brancos/as comprometidos/as com uma ciência que promova a “igualdade racial”.

Há uma importante geração de historiadoras negras – intelectuais importantíssimas – no cenário acadêmico brasileiro, atualmente. Como você avalia o contexto atual e a inserção de uma historiografia potente sendo produzida por intelectuais negras e negros? Quais os desafios, armadilhas, dilemas e questões centrais?

Após mais de duas décadas de formação e de atuação profissional, no *frenesi* da vida, são muitas as situações vivenciadas: avanços, recuos, mudanças, esperanças, incertezas, retrocessos, como o que estamos experimentando nos últimos anos, de forma mais intensa, após o golpe político, midiático e jurídico de 2016, seguido da eleição de um executivo federal (2019-2022) formado por “dirigentes” com práticas reacionárias e



moralismo (falso), enfraquecendo, a cada mês, a (fraca) democracia liberal no Brasil e opondo-se às demandas contra injustiças históricas. Nesse sentido, estamos vivenciando o alargamento das assimetrias sociais em mais uma fase do capitalismo neoliberal, que segue fortalecido, sustentando as estruturas elitistas, hierárquicas, patriarcais e a cis-heteronormatividade, por exemplo. Tudo isso exige esforços coletivos em defesa dos Direitos Humanos e (re)invenções políticas para contrapor-se a um Brasil vinculado pelo ódio, pelas armas, pelas fake news e pela persistência de práticas necropolíticas. Não sendo, porém, algo novo nas vidas negras, indígenas, femininas e pobres do país, além disso, como preconiza, atentamente, Angela Davis (2000), “estamos nessa luta por um tempo indeterminado, que não vamos resolver esse problema nem hoje nem amanhã...”

Entretanto, não posso deixar de salientar que outras formas de confrontar o racismo e as desigualdades sociais estão presentes no país. Novas estratégias estão sendo produzidas, seja nas lutas sociais, seja na academia, seja nas disputas de narrativas, não sem tensão, convergências, avanços, negociações e tensões. Como já expus, contamos com a ABPN, o que torna menos solitárias as atividades de profissionais negros/as na *Educação*, com a realização de congressos (nacionais e regionais), editoração de periódicos e o consórcio de NEABs. Saliento também que várias áreas do conhecimento dispõem de coletivos, redes ou grupos de intelectuais negros/as, a exemplo dos cursos de História, Saúde, Literatura, Antropologia, Arqueologia, Ciências Naturais, com uma expressiva e crescente produção científica, utilizando diferentes ferramentas, sobretudo as novas tecnologias de informação e comunicação, para popularizar conhecimentos, como a própria ABPN com *lives* semanais (duas) em 2020, no primeiro ano da pandemia da Covid-19, e a “Rede de Historiadorxs Negrxs”, que promove várias ações de divulgação científica. De tal modo que, a história pública é um caminho promissor para enfrentar o negacionismo científico e disseminar as pesquisas desenvolvidas, em sua ampla maioria, nas universidades públicas. Ademais, é possível observar ampliações de parcerias com vários segmentos sociais, incluindo associações de profissionais antirracistas brancos e brancas. Ou seja, há uma expansão da agenda do debate público e acadêmico sobre a “questão racial”, indo da “negritude” para a problematização da “branquitude” (a identidade racial branca), do “privilégio branco” etc., o que nos reporta ao que assinalava/assinala o MNU acerca de ser o racismo um tema que interessa a toda sociedade, assim como da responsabilização social de todos para a construção de outras



relações entre os sujeitos, num outro mundo em contraposição a força do capitalismo que reproduz e mantém hierarquias e desigualdades.

No campo das pesquisas históricas, pretendo finalizar uma pesquisa coletiva sobre a trajetória de um intelectual negro que veio ao mundo nos últimos anos da escravidão e viveu até pouco mais de duas décadas do século XX. Refiro-me a Eliseu Elias César (nascido em 1871, na Paraíba, e falecido em 1923, no Rio de Janeiro), um sujeito livre que experienciou o tempo da escravidão e o início da república e, apesar do racismo científico, as contradições, as tensões e as ambiguidades de sua época, integrou a intelectualidade brasileira (escritor, jornalista, advogado e orador) e participou da política partidária. A investigação acerca de sua vida, em parceria com Elio Flores (Universidade Federal da Paraíba) e Petrônio Domingues (Universidade Federal de Sergipe), tem mostrado que, em razão das oportunidades que ele obteve e de suas estratégias desenvolvidas para viver em tal contexto, conseguiu superar as barreiras de uma sociedade elitista e racista.

Paralelamente, iniciei pesquisas sobre a sociedade escravista oitocentista de uma cidade da Paraíba. Será uma oportunidade para reexaminar a historiografia dos campos social e político em diálogo com outras áreas do conhecimento. Além de problematizar as relações de classe e de gênero, as sexualidades e, ainda, compreender as maneiras de ser e de agir, as contradições, as acomodações e os conflitos dos grupos subalternizados, a partir de seus próprios termos e de suas experiências históricas. Considerando os limites estruturais do escravismo e as questões do presente, essa pesquisa visa, também, pôr em discussão estes tempos de um Brasil politicamente fragmentado, o negacionismo científico e a (re)organização das lutas sociais. Outrossim, outras perspectivas epistemológicas, como a Decolonial, poderão favorecer a confrontação do racismo epistêmico, assim como revigorar a construção de narrativas históricas insurgentes sobre/com os sujeitos subalternizados, podendo amplificar um conhecimento contra hegemônico em relação ao paradigma eurocêntrico, que é considerado como universal desde a formação do sistema-mundo capitalista.

No mais, apesar das circunstâncias atuais – pandemia da Covid-19, expansão do neofascismo e “regressão” (social e política), crise da esquerda –, sigo buscando ampliar um aprendizado histórico com práticas de ensino significativas e transformadoras, acreditando que “não se liberta um povo que não tem conhecimento de si mesmo” (Joseph Ki-Zerbo).



Como você avalia o seu papel acadêmico e intelectual – numa universidade pública – na formação de professores/as e pesquisadores/as?

Ao compor o Departamento de História (2008) e, em seguida, o Programa de Pós-Graduação em História, na UFPB, fui muito bem recebida pelo corpo docente e sempre tive condições de desenvolver variados projetos acadêmicos já aqui salientados.

No entanto, ser docente numa universidade pública, nos primeiros anos do século XXI, tem sido um desafio, mas tenho contado com interlocuções e parcerias (nacionais e internacionais) importantes, possibilitando o desenvolvimento de projetos variados de ensino, extensão e pesquisa, assim como na gestão universitária. Desde o início da minha entrada na UFPB, estive na administração: num primeiro momento, na coordenação do Laboratório de História e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros e Indígenas/NEABI; mais recentemente, na Pós-Graduação, exerci o cargo de vice coordenadora (Biênio: 2015/2017) e, em seguida, o de coordenadora (Biênio: 2017/2019).

Essa questão leva-me a refletir sobre as recentes reformas sociais relativas à Educação universitária, no Brasil, tendo como referência a UFPB. Foi possível dimensionar a validade de participar de um Núcleo como o NEABI, que tem possibilitado ações coletivas, tanto no debate sobre as cotas, na UFPB, quanto na realização de formações (inicial e continuada), e o desenvolvimento de inúmeros projetos, sobretudo os de extensão e de ensino que se constituíram, posteriormente, alguns deles, em propostas de pesquisa em diferentes níveis de formação, da graduação ao pós-doutoramento. De concreto, destaco também mudanças nos currículos da Universidade Federal da Paraíba, com a inclusão de Educação das Relações Étnico-Raciais/ERER, em todos os cursos de formação (técnicos, bacharelados e licenciaturas); a realização de seminários, congressos; o aumento de pesquisas sobre a gente negra (do período colonial ao tempo presente), em nível de graduação e pós-graduação e em várias áreas de conhecimentos. Enfim, de forma coletiva, tive a oportunidade de participar ativamente dessas renovações na referida instituição de ensino. Mas, sem dúvida, preciso assinalar que a gestão universitária dessa instituição, com raras exceções, não tem acompanhado as transformações na vida universitária, o novo perfil dos estudantes, de forma que se mantém como uma administração com facetas elitistas, discriminatórias, que ainda não



recebeu, adequadamente, os/as cotistas, pessoas negras, indígenas, com deficiência, trans, quilombolas, sem criar condições para a permanência desses universitários, mantendo, assim, políticas universalistas. Acerca dessas questões, o NEABI publicou, em 2013, o Dossiê: *Ações Afirmativas na UFPB: a longa década da democratização inconclusa no ensino superior (1999-2012)*, disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/neabi/pdf/Dossie_Acoes_Afirmativas.pdf. É isso: continuamos na luta pela democratização da Educação e pela construção da “manhã desejada”, essas “são as lutas dessa nossa vida” negra, como o poeta Gonzaguinha nos leva a esperar.

Fale um pouco dos seus projetos acadêmicos e intelectuais atuais.

Tenho alguns projetos em andamento e outros em elaboração. A divulgação científica, a pesquisa histórica e o ensino de história são campos de meu interesse atual. No primeiro caso, desde o ano de 2019, tenho dinamizado, junto com colegas do NEABI, uma coluna mensal de divulgação científica, denominada *História Pública & Narrativas Afro-Atlânticas*, no jornal *Brasil de Fato – Paraíba*, publicando artigos de pesquisadores/as juniores e seniores, com temas variados acerca da experiência da gente envolvida na diáspora africana, além de outros assuntos vinculados a esse grupo social. Para um futuro próximo, pretendemos potencializar a divulgação nas redes sociais e a criação de novos formatos, posto que precisamos acompanhar as transformações na forma de partilhar conteúdos com as gerações atuais. Na produção desses textos, o desafio passa, principalmente, pela flexibilização da linguagem técnica especializada, para atender um público mais amplo e diversificado, facilitando a compreensão da escrita científica. Como, também, é um espaço para comunidade acadêmica exercer sua função social e política, o que, considerando o contexto atual, é uma maneira de enfrentar o negacionismo científico e a desinformação que buscam desqualificar a Ciência. Tais interesses estão presentes em várias democracias liberais, incluindo a do Brasil que, em tempos de pandemia de Covid-19, apresenta a denegação da produção científica. Menciono ainda que, infelizmente, nos últimos meses, não foi possível manter a edição impressa, que era distribuída, sobretudo, para a classe trabalhadora.

No campo da pesquisa, após a conclusão de um projeto coletivo internacional de digitalização de fontes históricas, desenvolvido por sete anos (2013-2020), em parceria



com a Biblioteca Britânica e com a Universidade Vanderbilt, iniciei estudos sobre uma cidade da zona da mata da Paraíba Oitocentista. Com a digitalização de diversificadas fontes, tenho a expectativa de realizar uma investigação envolvendo a diversidade de sujeitos históricos e a complexidade da vida social em tempos de escravidão, buscando exercitar meus aprendizados como pesquisadora. As mulheres negras – escravizadas, libertas e livres – terão especial atenção, visto que compreendo a necessidade de ampliação das abordagens históricas sobre elas, acrescentando, por exemplo, as análises das relações de gênero e do trabalho no Oitocentos, sobretudo, das livres, para melhor compreender o significado de liberdade, o ser livre, no período escravista.

Além de meus estudos, tenho planos com colegas de diferentes instituições de ensino universitário, como a preparação de um curso sobre a pesquisa e a escrita da história, formatado em módulos e para o ensino remoto, oferecendo desde noções de paleografia e de apresentação de fontes “primárias” até, especialmente, as potencialidades da pesquisa, tendo como referência os documentos digitalizados já mencionadas e as de outras plataformas digitais, a exemplo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Nossa expectativa é a de formar pesquisadoras/es que possam utilizar acervos digitais na pesquisa e na escrita da história, acompanhando as transformações de nosso tempo na produção do conhecimento histórico, proporcionadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação/NTIC, para facilitar a interação acadêmica e a difusão de conhecimentos por meio da comunicação digital.

Acerca do projeto de digitalização, eu e mais duas coordenadoras, Maria da Vitória B. Lima e Courtney Campbell, publicamos um artigo de divulgação científica na coluna *História Pública & Narrativas Afro-Atlânticas*, em agosto de 2020, com o título: *Patrimônio cultural digital da Paraíba: Mais de 242 mil registros de memória histórica em escala global*, disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2020/08/17/artigo-patrimonio-cultural-digital-da-paraiba> .

Ademais, no primeiro ano da pandemia (2020), formei um grupo com colegas historiadoras e temos participado de comunicações virtuais (*online*) e de produção escrita sobre as histórias de mulheres afro-atlânticas em quatro províncias do Nordeste (Bahia, Paraíba, Pernambuco e Piauí). O coletivo é formado por mim/UFPB; Valéria Costa/IF Sertão PE; Joceneide Cunha/Uneb; e Iraneide Soares/UESPI. Temos o propósito também de avançarmos com nossas pesquisas empíricas acerca das trajetórias de mulheres negras



no Oitocentos, assim como o de oferecer o curso já mencionado e manter a produção de textos científicos com escrita colaborativa.

Por último, o Ensino de História é um campo sempre presente em minhas atividades acadêmicas. Afinal, no curso de licenciatura em História, onde atuo, formamos os/as potenciais docentes da Educação Básica. Elas e eles virão a ser os profissionais fundamentais para a construção da “consciência histórica” e para proporcionar uma melhor compreensão do mundo social, de suas complexidades, assim como para desenvolver a capacidade crítica e valores que passam pela empatia e pela consciência da necessidade de mudanças na mentalidade forjada por uma cultura de naturalização do racismo e de exclusões. O campo da história, enfim, nas minhas convicções educacionais e ideológicas, é um espaço estratégico e fecundo para transformar mentes e práticas sociais. Prossigo, confiando, como minha mãe, na Educação Escolar como um Direito Social e como meio de nos tornarmos agentes de mudanças. Os princípios do educador Paulo Freire continuam atuais em minha perspectiva: a prática educacional precisa estar centrada na capacidade de formar educandos e educandas que se percebam como sujeitos históricos e políticos, com vistas à conscientização, à emancipação e à construção de si próprios como cidadãos e cidadãs potentes e capazes de transformar as relações sociais, ou seja, acredito na *Educação* como “prática de liberdade” e transgressão (bell hooks).

Recebido em: 01/02/2021

Aprovado em: 15/02/2021